



CENTRAIS DE ABASTECIMENTO DE MINAS GERAIS S/A - CEASAMINAS

CNPJ 17.504.325/0001-04

Página 1/4

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO - 2021

Mensagem da Administração

Em 2021 o Brasil vivenciou um dos momentos mais conturbados da sua história, seja pelo acirrado cenário político-econômico, ou mesmo pela pandemia de coronavírus cujos efeitos ainda assolam a economia brasileira com uma forte onda de pressões inflacionárias, que em conjunto contribuíram para a formação de um ambiente econômico extremamente complicado. Neste contexto, realizamos inúmeras ações no ano de 2021 nas quais corroboramos o empenho da diretoria executiva, e de todo o seu corpo de colaboradores, com o objetivo de tornar a companhia um referencial em nível nacional no seu setor de atuação. Outrossim, cabe destacar e agradecer a confiança, zelo e comprometimento do conselho de administração, conselho fiscal, comitê de auditoria, banco nacional do desenvolvimento (bndes), ministério da agricultura, pecuária e abastecimento – mapa, nos quais foram cruciais na resolução de inúmeras intempéries que vivemos no decorrer do exercício, sempre comprometidos com a busca dos melhores resultados, ética, e responsabilidade social com todos que direta ou indiretamente estão ligados a companhia. Ao longo do ano, tivemos que tomar decisões difíceis, mas necessárias, que impactaram de forma significativa os resultados da companhia para os três períodos comparativos, 2021, 2020 e 2019, fato pelo qual a companhia está reapresentando suas demonstrações financeiras para este e aqueles exercícios. Tais medidas, trazem no presente segurança, transparência e comprometimento com a real situação econômico-financeira da companhia, mediante implementação de controles, mitigação de riscos, implantação de mão de obra técnica qualificada, treinamento e qualificação de seus colaboradores, e diversas outras ações que somadas apontam para um futuro melhor, estável e com resultados positivos para todos aqueles que participam deste árduo e gratificante trabalho.

Sobre a CEASAMINAS

As Centrais de Abastecimento de Minas Gerais S/A. – Ceasaminas criada na forma da lei estadual nº 5.577, de 20 de outubro de 1970 é uma sociedade de economia mista com 99,57% das ações ordinárias nominativas pertencentes à união federal. Atualmente, a ceasaminas possui seis entropostos, localizados nos municípios mineiros de contagem (grande belo horizonte), uberlândia, juiz de fora, caratinga, governador valadares e barbacena, não possui participação acionária em outras sociedades. A companhia possui um mix de empresas instaladas em seu complexo nas quais abrangem toda a cadeia alimentar, em contagem, mg estão instaladas 520 empresas concessionárias atuando em segmentos de comércio de frutas, legumes e verduras, cereais, auto atacado e serviços complementares.

Modelo de Negócios

As receitas da companhia são oriundas das disponibilizações dos espaços de comercialização a empresários que desejam se instalar nos entropostos e também de produtores rurais que têm na estatal uma das formas de escoamento de sua produção, ou seja, a estatal não realiza a comercialização de mercadorias, a sua receita operacional vem única e exclusivamente das tarifas cobradas pela utilização de seus espaços pelos agentes retromencionados. Suas fontes de receitas derivam dos seguintes itens: a) **Tarifa de uso – boxe** – são originárias dos contratos de concessão de uso em obediência à lei n. 8.666/93, Substituída pela lei n. 13.303/16. A receita relativa à "tarifa de uso – boxe" registrou o efeito comparativo dos períodos findos em 2021, 2020 e 2019 (principal fonte de recurso da companhia). Cabe salientar, em 2021 houve uma correção de tarifa na ordem de 6,27% no 1º tri e 5,81% no 3º tri de 2021. b) **Tarifa de transferência** – refere-se à receita com a transferência por alteração societária das concessionárias da companhia (detentoras do direito de uso do espaço concedido), calculadas à razão de 20% do valor avaliado para aludido espaço. c) **Tarifa de administração** – a "tarifa de administração" é arrecadada pela companhia para administração do condomínio. d) **Processos licitatórios** – a receita com "processos licitatórios" decorre do valor cobrado para concessão de uso de espaços determinados nos entropostos da companhia. e) **Estacionamento** – a receita relativa ao "estacionamento" é constituída pela cobrança para utilização de espaços destinados a estacionamento nos entropostos da companhia. f) **Receitas dos mercados livres do produtor – mlp's** – refere-se à permissão de áreas delimitadas nos mercados livres do produtor – mlp's dos entropostos da companhia para a exposição e comercialização de produtos hortifrutigranjeiros pelos produtores rurais. Outrossim, essas "receitas dos mercados livres do produtor – mlp's" constituem a principal fonte de receita dos mercados livres do produtor – mlp's existentes na companhia.

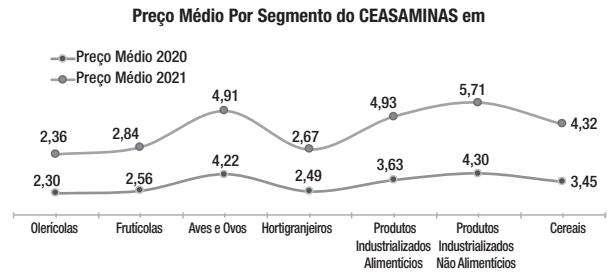
O quadro abaixo apresenta a evolução da receita bruta anual de todas as fontes citas acima para o período de 2019 a 2021:

	Valores apresentados em R\$ mil			
	31/12/2021	▲ %	31/12/2020	▲ %
Receita Bruta Anual	58.073	4,15%	55.758	2,65%
Tarifa de uso – Boxe	34.330	9,74%	31.282	1,12%
Receitas dos MLP's	12.049	4,33%	11.549	-5,06%
Tarifa de administração	2.224	-5,56%	2.355	-4,93%
Tarifa de transferência	3.639	45,85%	2.495	115,46%
Processos Licitatórios	5.265	-30,31%	7.555	7,45%
Estacionamento	566	8,43%	522	-4,92%
Total	58.073	4,15%	55.758	2,65%

Fatores Micro e Macro econômicos

O ano de 2021 foi ainda marcado pela pandemia global de coronavírus, no entanto, o avanço da vacinação no Brasil e a consequente redução no número de casos e/ou mortes causada pelo vírus trouxe alívio a todos, principalmente no segundo semestre de 2021. A ceasaminas, assim como em 2020, deu continuidade à proposição de manter as condições necessárias para que a comercialização em seus entropostos ocorresse dentro das normas de higiene e saúde impostas pelos órgãos de saúde. Além da pandemia, 2021 foi marcado pelo retorno acirrado da inflação, com efeitos significativos no poder aquisitivo da população, com forte redução no poder de compra do brasileiro em virtude do processo inflacionário que superou os 10,06%. De acordo com o banco central os principais fatores que impactaram no índice inflacionário foram: • A forte elevação dos preços de bens transacionáveis em moeda local, em especial os preços de commodities; • A bandeira de energia elétrica de escassez hídrica; e • O desequilíbrio entre a demanda e a oferta de insumos, bem como os gargalos nas cadeias produtivas globais. Esses fatores repercutiram significativamente nos preços praticados

na comercialização dos entropostos atacadistas da ceasaminas. O balanço anual de comercialização produzido pelo departamento técnico da ceasaminas, apresentou alta no preço médio dos hortifrutigranjeiros de 7,3% em 2021 no comparativo com 2020, com maior relevância nos produtos industrializados alimentícios no montante de 35,9% e 32,7% nos produtos não alimentícios para o mesmo período. O gráfico abaixo demonstra os efeitos nestes e outros segmentos:



Fonte: Departamento Técnico CEASAMINAS

No respectivo período, 26 estados brasileiros ofertaram hortifrutigranjeiros aos mercados da ceasaminas, figurando como principal fornecedor o estado de Minas Gerais com 61% de todos os produtos comercializados na estatal. Além de receber produção de praticamente todos os estados do Brasil, nos entropostos da ceasaminas também foram comercializados itens provenientes de países: Argentina, China, Chile e Espanha. O estado de São Paulo continua sendo um forte fornecedor ao complexo da companhia, ficando abaixo apenas do estado de Minas Gerais. Em 2021, as ofertas provenientes daquele estado, foram responsáveis por 12% do abastecimento das unidades. No mesmo contexto, ofertantes do estado da Bahia comercializaram 6% de todo o volume transacionado.

Resultados Financeiros

Índices financeiros (liquidez e ebitda)

O quadro abaixo a evolução dos principais indicadores financeiros da companhia para os períodos de 2019, 2020 e 2021:

Índices	31/12/2021	▲ %	31/12/2020	▲ %	31/12/2019
Liquidez corrente	3,11	30,73%	2,38	18,30%	2,01
Liquidez Imediata	1,86	70,54%	1,09	16,54%	0,94
Liquidez Seca	3,10	30,75%	2,37	18,39%	2,00
Liquidez geral	1,03	-36,70%	1,63	9,76%	1,48
Capital de giro líquido (em R\$ mil)	31.325	51,27%	20.708	28,69%	16.092

O quadro acima demonstra o grau de liquidez em que a companhia está exposta, e principalmente a excelente evolução destes indicadores ao longo de 2019 a 2020. O capital de giro líquido (cgl) apresenta cerca de 51% de sobre, caso a companhia liquidasse todas as suas obrigações circulantes na data dos respectivos demonstrativos. No que tange ao *earnings before interest, taxes, depreciation and amortization* (ebitda), apresentamos abaixo a evolução deste indicador com os respectivos ajustes relacionados ao resultado financeiro e despesas com depreciação e amortização ocorridas no período. Além disso, visto que em 2019 houve ajuste do *impairment* em função do imobilizado da companhia, sem prejuízo da informação, apresentamos um "ebitda ajustado" com a finalidade de informar o efeito causado pelo ajuste naquele período.

	Valores apresentados em R\$ mil			
	31/12/2021	▲ %	31/12/2020	▲ %
Ebitda	13.025	-181,14%	13.025	-183,82%
Laír	(10.569)	132,07%	(1.534)	-6,00%
(-) Receitas financeiras	(3.560)	-2,57%	(428)	71,89%
(+) Despesas financeiras	417	-63,79%	116	-92,45%
(+) Depreciação e amortização	42	-213,59%	12.035	-178,22%
Ebitda	(13.670)	-213,59%	12.035	-178,22%
(+) Impairment do imobilizado	-	0,00%	-	-100,00%
Ebitda ajustado	(13.670)	-213,59%	12.035	12,87%

Resultado do exercício 2021, 2020 e 2019

Conforme mencionado neste relatório e minuciosamente descrito na nota explicativa nº 5, a companhia realizou ajustes que acarretaram efeitos significativos em seus resultados, tais ajustes (respectivamente, impairment do imobilizado e despesas com contingências) conduziram a companhia a prejuízos na ordem de R\$ 19.522 em 2019, e R\$ 17.396 em 2021. A administração tem investido em controles e qualificação de seus colaboradores com o objetivo de mitigar estes e outros erros que possam futuramente vir a impactar o resultado da companhia de forma relevante novamente.

Balancos patrimoniais - Em 31 de dezembro de 2021, 2020 e 2019 (Em milhares de reais)

Ativo	Nota	31/12/2021 (reapresentado)	31/12/2020 (reapresentado)	31/12/2019 (reapresentado)
Circulante				
Caixa e equivalentes de caixa	6	27.640	16.392	14.906
Contas a receber de clientes	7	15.287	16.496	14.434
Estoques		184	146	154
Adiantamentos		197	98	150
Tributos a recuperar		72	64	75
Outros ativos circulantes	8	2.774	2.510	2.267
		46.154	35.706	31.986
Não circulante				
Caixa restrito	9	6.551	5.324	-
Depósitos judiciais	15.4	7.964	6.580	7.160
Instrumentos financeiros		383	505	494
Imobilizado	10	1.430	1.430	1.430
Intangível		316	279	362
Outros ativos não circulantes	8	10	10	10
		16.654	14.128	9.456
Total do Ativo		62.808	49.834	41.442

As Notas Explicativas são parte integrantes das demonstrações financeiras.

Passivo	Nota	31/12/2021 (reapresentado)	31/12/2020 (reapresentado)	31/12/2019 (reapresentado)
Circulante				
Fornecedores	11	3.746	3.611	3.767
Obrigações sociais	12	3.831	3.491	4.255
Obrigações tributárias	13	2.368	3.107	2.298
Dividendos propostos		1.284	1.284	1.463
Outros passivos circulantes	14	3.600	3.505	4.111
		14.829	14.998	15.894
Não circulante				
Provisão para contingências	15	39.791	9.256	5.690
Crédito Estado de Minas Gerais	16	6.305	6.305	6.305
Outros passivos não circulantes	14	84	80	76
		46.180	15.641	12.071
Patrimônio líquido	17			
Capital social		26.138	26.138	26.138
Prejuízos acumulados		(24.339)	(6.943)	(12.661)
		1.799	19.195	13.477
Total do passivo e patrimônio líquido		62.808	49.834	41.442

Demonstrações do valor adicionado

31 de dezembro de 2021, 2020 e 2019 (Em milhares de reais)

	31/12/2021 (reapresentado)	31/12/2020 (reapresentado)	31/12/2019 (reapresentado)
RECEITAS	57.652	55.643	52.981
Serviços e concessionários de uso	58.073	55.758	54.316
Outras receitas	145	262	31
Estimativa de perda com créditos de liquidação duvidosa	(566)	(377)	(1.366)
INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS	(44.787)	(19.964)	(43.381)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(44.370)	(19.536)	(43.161)
Despesas financeiras	(417)	(428)	(249)
Outras despesas	-	-	29
VALOR ADICIONADO BRUTO	12.865	35.679	9.600
DEPRECIÇÃO, AMORTIZAÇÃO E EXAUSTÃO	(42)	(116)	(1.536)
VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA COMPANHIA	12.823	35.563	8.064
VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA	3.560	1.534	1.632
Receitas financeiras	3.560	1.534	1.632
VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR	16.383	37.097	9.696
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO	22.748	21.505	23.493
Pessoal	22.748	21.505	23.493
Remuneração direta	14.682	14.060	15.055
Benefícios	6.852	6.328	7.208
FGTS	1.214	1.117	1.230
Impostos taxas e contribuições	11.031	9.874	7.220
Federais	10.973	9.808	7.655
Municipais	58	66	71
Remuneração de Capitais Próprios	(17.396)	5.718	(21.523)
Dividendos	-	(1.284)	(2.001)
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	(17.396)	7.002	(19.522)

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos resultados

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021, 2020 e 2019 (Em milhares de reais)

	31/12/2021 (reapresentado)	31/12/2020 (reapresentado)	31/12/2019 (reapresentado)
RECEITA LÍQUIDA	53.869	51.903	49.987
RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS	(35.101)	(33.359)	(65.605)
Despesas gerais e administrativas	(35.101)	(33.359)	(65.605)
Outras receitas (despesas) operacionais	145	262	645
Despesas com contingências	(32.625)	(6.887)	(1.950)
	(67.581)	(39.984)	(66.910)
Resultado operacional antes do resultado financeiro e impostos	(13.712)	11.919	(16.923)
Despesas financeiras	(417)	(428)	(249)
Receitas financeiras	3.560	1.534	1.632
Resultado financeiro	3.143	1.106	1.383
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social	(10.569)	13.025	(15.540)
(-) Impostos correntes	(6.827)	(6.023)	(3.982)
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	(17.396)	7.002	(19.522)

As Notas Explicativas são parte integrantes das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos resultados abrangentes

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021, 2020 e 2019 (Em milhares de reais)

	31/12/2021 (reapresentado)	31/12/2020 (reapresentado)	31/12/2019 (reapresentado)
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	(17.396)	7.002	(19.522)
Outros resultados abrangentes	-	-	-
Resultado abrangente de exercício	(17.396)	7.002	(19.522)

As Notas Explicativas são parte integrantes das demonstrações financeiras.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021, 2020 e 2019 (Em milhares de reais)

	Capital social	Prejuízos acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2019 (reapresentado)	26.138	(12.661)	13.477
Lucro líquido do exercício	-	7.002	7.002
Dividendos propostos	-	(1.284)	(1.284)
Saldos em 31 de dezembro de 2020 (reapresentado)	26.138	(6.943)	19.195
Prejuízo do exercício	-	(17.396)	(17.396)
Saldos em 31 de dezembro de 2021 (reapresentado)	26.138	(24.339)	1.799

As Notas Explicativas são parte integrantes das demonstrações financeiras.

	Valores apresentados em R\$ mil			
	31/12/2021	▲ %	31/12/2020	▲ %
(+) Receita bruta	58.073	4,15%	55.758	2,65%
(-) Deduções da receita	(4.204)	9,05%	(3.855)	-10,95%
(-) Despesas gerais e administrativas	(35.101)	5,22%	(33.359)	-49,15%
(-) Despesas com contingências	(32.625)	373,72%	(6.887)	253,18%
(+/-) Outras receitas e despesas	145	-44,66%	262	-59,38%
(+/-) Resultado financeiro	3.143	184,18%	1.106	-20,03%
(-) IRPJ e CSLL	(6.827)	13,35%	(6.023)	51,26%
Lucro líquido (prejuízo) do exercício </				



CENTRAIS DE ABASTECIMENTO DE MINAS GERAIS S/A - CEASAMINAS

Continuação...

CNPJ 17.504.325/0001-04

no parágrafo único do artigo 2º. Neste contexto, o Decreto nº. 40.963/2000 do Estado de Minas Gerais, regulamentador da citada Lei nº. 12.422/1996, discriminou os bens que o Estado de Minas Gerais mantém sob seu domínio e posse localizados no interior dos entrepostos da CEASAMINAS. Para tanto, o Estado de Minas Gerais e a Companhia firmaram Termo de Cooperação objetivando garantir o funcionamento pleno das unidades dos Mercados Livres dos Produtores - MLPs, por meio da delegação da gestão administrativa, financeira, contábil e técnico-operacional dos espaços à CEASAMINAS, logo, os Mercados Livres dos Produtores - MLPs são indispensáveis à política de abastecimento do Estado de Minas Gerais. **Impactos decorrentes da pandemia do coronavírus - COVID-19 nas atividades da Companhia:** A Companhia tem trabalhado de forma contante na aplicação das medidas de prevenção para auxiliar no combate e controle da disseminação do coronavírus (Covid-19), mediante intensos reforços nos protocolos de higiene, bem como na propagação das informações relacionadas ao tema, por meio de seus canais de comunicação internos e seguindo as orientações da Organização Mundial de Saúde (OMS), evitando aglomerações, como também adoção de rotinas flexíveis de trabalho, com incremento do uso dos meios eletrônicos. Cabe salientar, que até a aprovação e emissão destas demonstrações financeiras, a Administração não identificou impactos significativos em suas operações, mantendo normalmente suas atividades, nas quais fazem parte da cadeia de abastecimento de itens de primeira necessidade da população, principalmente aqueles relacionados a higiene pessoal, dos quais foram impulsionados no mercado para atendimento das demandas ocasionadas pelo coronavírus. **Ações aplicadas pela Companhia:** Dentre as ações concretas de mitigação da pandemia do Coronavírus - COVID-19 e seus efeitos adotadas pela Companhia, destacam-se: (i) Edição de normativos para todos os seus entrepostos com medidas de adequação e mitigação das atividades para promover maior distanciamento social entre os envolvidos; (ii) Campanhas educativas de combate ao Coronavírus - COVID-19 mediante o uso de panfletos, faixas e cartazes de cor; (iii) Uso de caminhão tanque que, por meses, higienizaram as ruas e calçadas do seu maior entreposto (localizado em Contagem/MG) com produto químico adequado; (iv) Instalação, por um período, de túnel de desinfecção na entrada de pedestres do entreposto de Contagem/MG; (v) Regime geral de escalonamento dos empregados ocupados nas áreas administrativas da Companhia que, posteriormente e em face do caráter essencial de suas atividades, foram disciplinadas perante o Poder Judiciário para nova forma de implementação; (vi) Disponibilização, a todos os empregados da Companhia álcool em gel 70% e máscaras e, para os que exercem atividades operacionais, foram distribuídos, também, placas faciais de acrílico e luvas. Para o público em geral, foram disponibilizados alguns totes de álcool em gel a 70% e novas pias com água corrente e sabão para lavagem das mãos; (vii) Quanto às tarifas, suspensão, em 2020, do reajuste anual para os concessionários e prorrogação do prazo de vencimento mensal (do dia 05 para o dia 20 de cada mês) como forma de se garantir o planejamento para o orçamento geral da Companhia e mitigar os efeitos inflacionários decorrentes da economia brasileira.

2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras: As demonstrações financeiras da Companhia, aprovadas pela respectiva Diretoria Executiva em 29 de dezembro de 2022, foram elaboradas no curso normal de negócios, não sendo identificadas, pela Administração da Companhia, nenhuma incerteza relevante sobre a capacidade financeira, operacional e a continuidade de suas atividades nos próximos 12 meses. A Companhia apresenta suas demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2021 de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil que compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e orientações técnicas emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC em consonância às diretrizes do Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela Administração na sua gestão. **2.1 Moeda funcional:** Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

3. Resumo das principais práticas contábeis: A Companhia aplicou as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras. Certos montantes comparativos no balanço patrimonial e/ou na demonstração do resultado e do resultado abrangente foram atualizados, reclassificados ou reapresentados, como resultado de retificação de erros conforme nota explicativa nº 5. **3.1 Caixa e equivalentes de caixa:** Caixa e equivalentes de caixa são classificados conforme os respectivos prazos de realização, sendo demonstrados (i) ao custo de aquisição, (ii) acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas de encerramento dos exercícios e (iii) deduzidos, quando aplicáveis, de provisão para ajuste ao seu valor líquido de realização. **3.2 Contas a receber de clientes:** Os créditos a receber de clientes são decorrentes dos contratos de concessão de uso remunerado com terceiros e estão registrados pelo valor original, reconhecendo, quando aplicável, as atualizações com base em índices contratuais deduzidos da provisão para perdas de crédito esperadas. **3.3 Imobilizado:** De acordo com o CPC 27 / IAS 16, o ativo imobilizado é demonstrado ao custo de aquisição ou construção, deduzido dos impostos compensáveis, quando aplicável, e da depreciação acumulada. A Companhia utiliza o método de depreciação linear definida com base na avaliação vida útil estimada de cada ativo, determinada com base na legislação fiscal. **3.3.1 Redução ao valor recuperável de ativos ("impairment"):** A Companhia tem como prática verificar se há evidência objetiva de que o ativo ou o grupo de ativos está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos está deteriorado e os prejuízos de impairment são incorridos somente se há evidência objetiva de impairment como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um "evento de perda") e aquele evento de perda que tenha impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo ou grupo de ativos financeiros puderem ser estimados de maneira confiável.

3.4 Intangível: O ativo intangível, composto por marcas e direitos de uso, é demonstrado pelo custo de aquisição deduzido das respectivas amortizações acumuladas, calculadas pela vida útil estimada de 20% ao ano de acordo com a legislação fiscal. **3.5 Fornecedores:** As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificadas no passivo circulante se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas no passivo não circulante. **3.6 Imposto de renda e contribuição social:** A provisão para tributos sobre a renda está baseada no lucro tributável do exercício financeiro. O lucro tributável difere do lucro apresentado na demonstração do resultado porque exclui receitas ou despesas tributáveis ou dedutíveis em outros exercícios, além de incluir itens não tributáveis ou não dedutíveis de forma permanente. O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente são calculados com base nas alíquotas de 15% acrescidas do adicional (i) de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$240 mil para imposto de renda e (ii) 9% sobre o lucro tributável para a contribuição social sobre o lucro líquido. As despesas com imposto de renda e contribuição social compreendem os impostos correntes. **3.7 Provisões:** Geral: Provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado. Nessas circunstâncias, é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita. Quando a Companhia espera que o valor de uma provisão seja reembolsado, no todo ou em parte (exemplo: por força de um contrato de seguro), o reembolso é reconhecido como um ativo separado (mas apenas quando for praticamente certo). A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado líquido de qualquer reembolso. **Provisões para contingências:** A Companhia é parte em processos judiciais e administrativos de natureza tributária, cível e trabalhista. Com base em pareceres jurídicos e considerando que os procedimentos adotados pela Companhia guardam conformidade com as previsões legais e regulamentares, é constituída provisão nos casos em que os riscos são considerados prováveis. A Administração da Companhia, com base nos dados que lhes são apresentados pela equipe técnica competente, acredita que as provisões são suficientes para fazer face às perdas estimadas para essas contingências. **3.8 Benefícios a empregados:** Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal conforme o decurso de tempo de trabalho desses respectivos empregados. O passivo é reconhecido pelo montante do pagamento esperado caso a Companhia tenha uma obrigação presente legal de pagar esse montante em função do tempo de trabalho prestado pelo empregado e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável. **3.9 Receitas financeiras e despesas financeiras:** As receitas e as despesas financeiras da Companhia compreendem, essencialmente: (i) rendimentos de aplicações financeiras; (ii) receita e despesa de juros; (iii) receitas de multas contratuais e (iv) variações monetárias. A receita e a despesa de juros são reconhecidas no resultado do período de competência. **3.10 Demonstrações dos fluxos de caixa e do valor adicionado:** As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e estão apresentadas em conformidade ao pronunciamento contábil CPC 03 (R2) / IAS 7 - Demonstração dos Fluxos de Caixa. A demonstração do valor adicionado foi elaborada de acordo com o CPC 09/NBC TG 09 - Demonstração do Valor Adicionado (DVA) e apresentada como informação suplementar.

4. Novos pronunciamentos técnicos, revisões e interpretações: Normas e interpretações novas e revisadas já emitidas e ainda não vigentes: Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021 foram emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) a revisão das referidas normas abaixo, já vigentes no exercício de 2021, as respectivas alterações foram avaliadas e adotadas pela Administração quando aplicáveis a Companhia, não havendo efeitos em suas demonstrações financeiras no que tange a sua aplicação:

Pronunciamento	Alteração
CPC 06 (R2) / IFRS 16 - Arrendamentos (Leases)	
CPC 11 / IFRS 04 - Contratos de Seguros (Insurance)	Reforma da taxa de juros de referência que permite substituir a taxa de juros efetiva de um ativo financeiro ou passivo financeiro por uma nova taxa economicamente equivalente
CPC 40 / IFRS 07 - Instrumentos Financeiros (Financial)	
CPC 48 / IFRS 09 - Instrumentos Financeiros (Financial)	

Outrossim, o IASB (*International Accounting Standards*) tem estudado possíveis mudanças a emissão de novos pronunciamentos, bem como revisão de pronunciamentos existentes, os quais entrarão em vigência somente a partir de 01 de janeiro de 2022 com a convergência dos pronunciamentos pelo CPC, sendo eles:

Pronunciamento	Descrição	Aplicável a períodos anuais com início em ou após
IFRS 10 - Demonstrações Consolidadas e IAS 28 (alterações)	Venda ou Contribuição de Ativos entre um Investidor e sua Coligada ou Joint Venture	Sem definição
Alterações à IAS 1	Classificação de Passivos como Circulantes ou Não Circulantes	01 de janeiro de 2023
Alterações à IFRS 3	Referência à Estrutura Conceitual	01 de janeiro de 2023
Alterações à IAS 16	Imobilizado - Recursos Antes do Uso Pretendido	01 de janeiro de 2022
Alterações à IAS 17	Contratos Onerosos - Custo de Cumprimento do Contrato	01 de janeiro de 2022
Melhorias Anuais ao Ciclo de IFRS 2018 - 2020	Internacionais de Contabilidades, IFRS 9 - Instrumentos Financeiros, IFRS 16 - Arrendamentos, e IAS 41 - Agricultura	01 de janeiro de 2022

A Administração está avaliando potenciais impactos e, neste momento, não se espera que a adoção das normas listadas acima tenha um impacto relevante sobre as informações financeiras intermediárias condensadas em períodos futuros.

5. Representação das demonstrações financeiras - retificação de erros: Durante a conclusão das demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021, a Companhia revisou temas relacionados ao imobilizado, provisão para contingências, depósitos judiciais, e outras classificações e reclassificações necessárias para adequada apresentação das suas demonstrações financeiras. Diante disso, após reavaliação dos temas citados, bem como inúmeras discussões técnicas contábeis, a Administração da Companhia com o objetivo de preservar a comparabilidade das informações, com base no "CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro" baliza a representação de suas demonstrações financeiras para os exercícios de 2019 (com data do parecer de auditoria em 04 de março de 2020), 2020 (com data do parecer de auditoria em 17 de março de 2021), e 2021 (com data do parecer de auditoria em 18 de março de 2022) de forma retrospectiva.

a) Balanço patrimonial - ativo

Ativo	Ref.	Representado			Ajustes			Originalmente apresentado		
		31/12/2021	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2019
Circulante										
Caixa e equivalentes de caixa	(d)	27.640	16.392	14.906	(176)	(202)	(105)	27.816	16.594	15.011
Contas a receber de clientes	(d)	15.287	16.496	14.434	3.991	1.879	2.193	11.296	14.617	12.241
Valores a recuperar	(d)	-	-	-	(3.815)	(1.677)	(2.088)	3.815	1.677	2.088
Outros ativos circulantes		3.227	2.818	2.646	-	-	-	3.227	2.818	2.646
		46.154	35.706	31.986				46.154	35.706	31.986
Não circulante										
Depósitos judiciais	(b)	7.964	6.580	7.160	1.959	-	-	6.005	6.580	7.160
Investimentos	(d)	-	-	-	(24)	(24)	(24)	24	24	24
Imobilizado	(a)	1.430	1.430	1.430	1.194	(26.050)	24.848	26.286	27.480	27.480
Intangível	(d)	316	279	362	14	14	14	302	265	348
Outros ativos não circulantes	(d)	6.944	5.839	5.04	10	10	10	6.934	5.829	494
		16.654	14.128	9.456	3.397	1.194	(26.050)	38.113	38.984	35.506
Total do ativo		62.808	49.834	41.442	3.397	1.194	(26.050)	84.267	74.690	67.492

a) Balanço patrimonial - passivo

Passivo	Ref.	Representado			Ajustes			Originalmente apresentado		
		31/12/2021	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2019
Circulante										
Obrigações sociais	(c)	3.831	3.491	4.255	(429)	(403)	(366)	5.029	4.260	4.621
Dividendos propostos	(c)	1.284	1.284	1.463	(7.752)	-	-	9.036	1.284	1.463
Outros passivos circulantes		9.714	10.223	10.176	-	-	-	9.714	10.223	10.176
		14.829	14.998	15.894	(8.181)	(403)	(366)	23.779	15.767	16.260
Não circulante										
Provisão para contingências	(b)	39.791	9.256	5.690	29.012	-	-	10.779	9.256	5.690
Outros passivos não circulantes		6.389	6.385	6.381	-	-	-	6.389	6.385	6.381
		46.180	15.641	12.071	29.012			17.168	15.641	12.071
Patrimônio líquido										
Capital social		26.138	26.138	26.138	-	-	-	26.138	26.138	26.138
Reserva legal	(e)	-	-	-	270	(578)	(1.639)	1.947	2.217	1.639
Prejuízos acumulados	(c)	(24.339)	(6.943)	(12.661)	(17.704)	2.175	(24.045)	15.235	14.927	11.384
		1.799	19.195	13.477	(17.434)	1.597	(25.684)	43.320	43.282	39.161
Total do passivo e patrimônio líquido		62.808	49.834	41.442	3.397	1.194	(26.050)	84.267	74.690	67.492

b) Demonstração do resultado

Ref.	Representado			Ajustes			Originalmente apresentado			
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2019	
Receita líquida	53.869	51.903	49.987	-	-	-	53.869	51.903	49.987	
Despesas gerais e administrativas	(a)/(c)	(35.101)	(33.359)	(65.605)	1.867	1.629	(25.684)	(36.968)	(34.988)	
Despesas com contingências	(b)	(32.625)	(6.887)	(1.950)	(27.053)	-	(5.572)	(6.887)	(1.950)	
Resultado financeiro	(a)	3.143	1.106	1.383	-	(32)	3.143	1.138	1.383	
Outras receitas (despesas) operacionais		145	262	645	-	-	145	262	645	
(-) Impostos correntes		(6.827)	(6.023)	(3.982)	-	-	(6.827)	(6.023)	(3.982)	
Lucro líquido (prejuízo) do exercício		(17.396)	7.002	(19.522)	(25.186)	1.597	(25.684)	7.790	5.405	6.162

c) Demonstrações dos fluxos de caixa

Ref.	Representado			Ajustes			Originalmente apresentado			
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2019	
Fluxo de caixa gerado pelas atividades operacionais	(a)/(b)/(c)/(d)	12.432	8.317	6.600	(7.740)	(258)	1.274	20.172	8.575	5.326
Fluxo de caixa aplicado nas atividades de investimento	(a)/(d)	(1.184)	(5.368)	(1.070)	14	161	(520)	(1.198)	(5.529)	(550)
Fluxo de caixa aplicado nas atividades de financiamento	(c)	-	(1.463)	(1.301)	7.752	-	(763)	(7.752)	(1.463)	(538)
Aumento líquido do saldo de caixa e equivalentes de caixa		11.248	1.486	4.229	26	(97)	(9)	11.222	1.583	4.238
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	(d)	16.392	14.906	10.677	(202)	(105)	(96)	16.594	15.011	10.773
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	(d)	27.640	16.392	14.906	(176)	(202)	(105)	27.816	16.594	15.011
Aumento líquido do saldo de caixa e equivalentes de caixa		11.248	1.486	4.229	26	(97)	(9)	11.222	1.583	4.238

d) Demonstração do valor adicionado

Ref.	Representado			Ajustes			Originalmente apresentado			
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2019	
Receitas Insumos Adquiridos De Terceiros	(d)	57.652	55.643	52.981	1.095	258	200	56.557	55.385	52.781
Valor Adicionado Bruto	(a)/(d)	(44.787)	(19.964)	(43.381)	(25.224)	1.353	(25.477)	(19.563)	(21.317)	(17.904)
Depreciação, Amortização E Exaustão	(a)/(d)	(42)	(116)	(1.536)	1.740	1.398	3	(1.782)	(1.514)	(1.539)
Valor Adicionado Transferência	(a)/(d)	3.560	1.534	1.632	417	(32)	-	3.143	1.566	1.632
Valor Adicionado Total A Distribuir		16.383	37.097	9.696	(21.972)	2.977	(25.274)	38.355	34.120	34.970
Valor Adicionado Pessoal	(c)	16.383	37.097	9.696	(21.972)	2.977	(25.274)	38.355	34.120	34.970
Impostos taxas e contribuições	(d)	22.748	21.505	23.493	(428)	(399)	(366)	23.176	21.904	23.859
Remuneração de Capitais Próprios	(a)/(b)/(c)/(d)	11.031	9.874	7.726	3.643	3.491	3.025	7.388	6.383	4.701
		(17.396)	5.718	(21.523)	(25.187)	(115)	(27.933)	7.791	5.833	6.410

** Em 2019 Não foi publicado a Demonstração do Valor Adicionado (DVA) do corrente período. O saldo mencionado na coluna do "originalmente apresentado" decorre de 2020, no qual foi apresentada a DVA de 2020 em comparabilidade com 2019, por esta razão foi incluído o termo "Não auditado". Os itens abaixo apresentam um resumo dos impactos decorrentes da reapresentação dos saldos no balanço patrimonial da Companhia em 31 de dezembro de 2021, 2020, e 2019: **a) Imobilizado:** Após análises efetuadas nos relatórios patrimoniais da Companhia, foi evidenciado que os bens móveis e imóveis com valor residual de R\$ 5.365 em 31 de dezembro 2019 (urbanizações, instalações, máquinas e equipamentos, máquinas de escritório, móveis e utensílios, telecom



CENTRAIS DE ABASTECIMENTO DE MINAS GERAIS S/A - CEASAMINAS

Continuação...

CNPJ 17.504.325/0001-04

10. Imobilizado: O ativo imobilizado da Companhia para o período de apresentação estava assim representado:

	Terrenos	Edificações	Instalações	Bens de Minas Gerais	Outros ativos	Total
Em 31 de dezembro de 2018	1.685	20.572	1.214	2.532	2.306	28.309
Adições	-	-	105	-	481	586
Transferências	-	658	326	906	(1.890)	-
Depreciação	-	(800)	(54)	(402)	(159)	(1.415)
Impairment	(255)	(20.430)	(1.591)	(3.036)	(738)	(26.050)
Em 31 de dezembro de 2019	1.430	-	-	-	-	1.430
Em 31 de dezembro de 2020	1.430	-	-	-	-	1.430
Em 31 de dezembro de 2021	1.430	-	-	-	-	1.430

(*) Refere-se a urbanizações, máquinas e equipamentos, máquinas de escritório, móveis e utensílios, aparelhos de telecomunicações, aparelhos de informática e imobilizados em andamento. A Companhia ocupa um terreno com área total de 2.286.000 m2, às margens da BR 040 Km 688, no município de Contagem/MG, havido pelo Estado de Minas Gerais em Ação de Desapropriação. Em 22 de janeiro de 2021, foi lavrada escritura pública em cartório de Contagem/MG, onde o Estado de Minas Gerais, transfere o terreno por direito real de propriedade à CEASAMINAS o imóvel onde se encontra instalado o entreposto. O terreno foi registrado contabilmente pelo valor de R\$ 1,00 cada matrícula. Adicionalmente, conforme mencionado na nota explicativa 5 (a), em suma, a Companhia constituiu para perda por redução ao valor recuperável (impairment) o montante total de R\$ 26.050 relacionados a itens do ativo imobilizado em 01 de janeiro de 2020, R\$ 1.194 em 31 de dezembro de 2020, e R\$ 1.438 em 31 de dezembro de 2021, cujos valores residuais não representavam com fidelidade a realidade da recuperabilidade destes ativos anteriormente publicado. Em outubro de 2022, a Companhia efetuou a contratação da empresa especializada em gestão de imobilizado Avance Ativo Imobilizado Ltda., com o objetivo de efetuar o levantamento de todo seu ativo imobilizado mediante inventário físico, bem como a respectiva vida útil remanescente destes ativos, a correta taxa de depreciação, como também a respectiva classificação contábil, e os itens que precisarão ser baixados seja pela inexistência e/ou sucateamento dos mesmos, cuja data de conclusão dos trabalhos estima-se para fevereiro de 2023. Neste contexto, itens nos quais foram provisionados como redução ao valor recuperável (impairment), poderão retornar, com os corretores dados necessários para validação da geração de benefícios econômicos destes respectivos ativos.

11. Fornecedores: Os saldos relativos a conta fornecedores estão apresentados pelos mais relevantes da Companhia. Todos mantendo contratos em consonância aos ditames das Leis 8.666/93 e Lei 13.303/16, para fornecimento de material e prestação de serviços, são eles:

	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2019
Cemig Geração e Transmissão S.A.	1.173	1.224	1.080
Prefeitura Municipal de Contagem	113	-	-
Construtora Terrayama Ltda.	329	256	279
Sodexo Pass do Brasil Serviços Comércio	170	171	203
Transimão Transp.Urbanos e Turismo Ltda.	196	196	196
Vina Equipamentos e Construções Ltda.	352	352	352
Segex Segurança Privada Eireli.	260	-	-
Agile Empreendimentos e Serv.Eireli.	304	-	-
Fornecedores diversos	849	1.412	1.657
	3.746	3.611	3.677

12. Obrigações sociais

	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2019
Provisão de férias	1.972	1.767	2.346
Participação de empregados - PLR (a)	143	143	143
Participação de administradores - PLR (a)	77	77	77
INSS a pagar	773	720	688
FGTS a pagar	162	161	169
INSS sobre férias	479	429	570
FGTS sobre férias	168	150	199
Outras obrigações sociais	57	44	63
	3.831	3.491	4.255

(a) As participações dos empregados no "Programa de Participação nos Lucros e Resultados - PLR" e a "Remuneração Variável dos Administradores - RVA" são previamente aprovadas pelo seu Conselho de Administração e pela Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais - SEST, órgão do Ministério da Economia. A "Participação nos Lucros e Resultados - PLR" é calculada em 6% do resultado do exercício e não poderá ultrapassar 25% dos dividendos propostos, com base em índice e metas predefinidas; a "Remuneração Variável dos Administradores - RVA" estabelece as condições para que a diretoria executiva da estatal participe dos resultados da Companhia. Conforme mencionado na nota explicativa nº 5 (c), em função dos ajustes aplicados e com efeito no resultado do exercício a Companhia não provisionou saldos referentes ao tema. Além disso, não foram efetuados pagamentos em 2021 na medida em que existe ACORDO ou Convenção Coletiva de Trabalho vigente desde 2016 na Companhia. E solicitação da SEST, na forma da portaria DEST/SE/MP nº 27, de 12/12/2021.

13. Obrigações tributárias

O saldo referente as obrigações tributárias podem ser assim apresentadas:

	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2019
ISSQN a recolher	155	90	79
COFINS a recolher	276	330	267
PIS a recolher	59	71	58
IRRF a recolher	258	257	264
IRPJ e CSLL a pagar	998	1.835	1.077
PIS/COFINS/CSLL sobre terceiros	619	520	543
Outras obrigações tributárias	3	4	10
	2.368	3.107	2.298

14. Outros passivos circulantes e não circulantes

	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2019
Crédito de usuários	398	407	511
Assoc. Comerciantes Uberlândia ACCU	127	184	152
Convênio Polícia Militar de Minas Gerais/CEASA-MG	223	234	209
CONAB - Cia Nacional de Abastecimento	575	575	575
Conta Gráfica Recup. Desp. Comuns	513	995	1.131
Associação dos Produtores de Hortifrutigranjeiros das Ceasas do Estado de Minas Gerais	110	102	161
ACEASA	438	421	470
Conta Graf. Rec. Desp. Comuns-Juiz de Fora	420	341	122
Outras contas a pagar	880	326	856
	3.684	3.585	4.187
Circulante	3.600	3.505	4.111
Não circulante	84	80	76

(a) Os créditos de terceiros referem-se ao reconhecimento de obrigações para com terceiros. (b) As obrigações mencionadas nas demonstrações financeiras se referem à antiga dívida contraída junto à Companhia Nacional de Abastecimento - CONAB para construções de edificações mediante o Termo de Acordo nº 08/2009 e do Contrato de Concessão de Uso nº LIC/CCU/JP 004-10. (c) Referem-se a valores retidos dos concessionários e/ou permissionários relativos ao saldo da Conta Gráfica do Rateio das Despesas Comuns - RDC recebidos a maior em períodos anteriores.

15. Depósitos judiciais e provisão para contingências: 15.1 Composição e movimentação: A provisão para demandas judiciais é estimada pela Companhia e corroborada por seus consultores jurídicos e foi estabelecida em um montante considerado suficiente para cobrir as perdas consideradas prováveis. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, a jurisprudência disponível, as decisões mais recentes nos tribunais, a sua relevância jurídica, o histórico de ocorrência e valores envolvidos e a avaliação dos advogados externos. A movimentação das provisões esta demonstrada abaixo:

	Cíveis	Trabalhistas	Tributárias e outras	Total
Em 31 de dezembro de 2019	728	4.072	890	5.690
Constituição	15	6.872	-	6.887
Pagamentos	-	(3.321)	-	(3.321)
Em 31 de dezembro de 2020	743	7.623	890	9.256
Constituição	3.030	13.100	16.495	32.625
Pagamentos	-	(2.090)	-	(2.090)
Em 31 de dezembro de 2021	3.773	18.633	17.385	39.791

(i) Conforme mencionado na nota explicativa nº 5 (b), a Companhia atualizou os montantes e prognósticos nas quais a Companhia figura como autor ou réu, cujo desfecho resultou em um complemento de provisão no montante de R\$ 29.012. Contingências Prováveis: a) Tributárias e outras: INSS - A Companhia foi autuada administrativamente pela fiscalização do Instituto Nacional de Seguro Social - INSS para recolhimento de contribuições previdenciárias que foram anteriormente (período de 09 a 12/2009 e 13/2009) objeto de compensação tributária sobre encargos sociais referentes a (i) férias mais 1/3 constitucional, (ii) salário-maternidade e (iii) indenização relativa aos primeiros quinze dias de afastamento por auxílio-doença ou acidente de trabalho. Essa autuação ensejou defesa da Companhia junto ao Poder Judiciário ainda pendente de solução definitiva, o montante provisionado nesta esfera perfaz o valor de R\$ 890 até 31 de dezembro de 2021. Via Magna Construções e Empreendimentos Ltda. ("Via Magna") - A Ceasaminas celebrou contrato administrativo de concessão de uso LIC/CCU/AE001-14 firmado em 14 de abril de 2014, com a empresa Via Magna, cujo objetivo consistiu na concessão de uso de uma área de 551.724 m2, então destinada à construção e exploração de um complexo de atividades varejistas ou atacadistas por um período de 60 anos. Que foi embargado pelos órgãos reguladores, prazo de concessão inválido. Em 19 de novembro de 2014, havia recebido a título da concessão o valor de R\$ 7.008. Em 3 de agosto de 2017, a Ceasaminas decidiu rescindir unilateralmente o contrato de concessão. A demanda judicial de interesse da Companhia, representada pela Ação Ordinária de Cobrança movida por Via Magna, Processo nº 5009223-11.2020.8.13.0079, que tramitava perante o Juízo da 1ª Vara Cível da Comarca de Contagem - MG já se findou, com decisão judicial transitada em julgado favorável à CEASAMINAS, proferida em 10 de dezembro de 2020, na qual o d. Juízo julgou extinto o processo, sem julgamento do mérito, com base no art. 485, VII, do CPC, com o acolhimento da preliminar de existência de convenção de arbitragem alegada na contestação. Neste contexto, o referido processo encontra-se na câmara arbitral sob o nº 329, sendo este o principal valor que compõe o grupo. b) Trabalhistas: A Companhia é parte passiva em demandas judiciais ajuizadas por empregados próprios ou de prestadores de serviços (terceirizados) relacionadas com a atividade laboral, plano de cargos e salários, acordos coletivos de trabalho e indenizações. c) Cíveis: As contingências cíveis estão relacionadas com as operações, produtos e serviços ofertados pela Companhia e que ensejam demandas judiciais (geralmente de conteúdo indenizatório, patrimonial ou moral). 15.2 Contingências possíveis (não provisionadas): Existem ações judiciais nas quais a Companhia figura como ré. Com base nos relatórios emitidos pelos seus consultores jurídicos, tais ações são estimadas em possíveis perdas para a Companhia, são elas:

	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2019
Cível	61.811	5.275	4.048
Trabalhista	16.488	22.000	22.000
Tributárias e outras	5.501	4.187	4.187
	83.800	31.462	30.235

Logo abaixo estão listadas as ações mais relevantes em que a Companhia figura como Ré, com um possível desfecho negativo: a) Cível - Processo n. 4577547-33.2008.8.13.0079 em trâmite na 1ª Instância da Comarca de Contagem/MG: Trata-se de demanda judicial onde a seguradora de concessionários alega ter pago o sinistro a algumas empresas em razão do incêndio do Pavilhão 6 do entreposto de Contagem/MG da Companhia em outubro de 2006. A seguradora pleiteia o ressarcimento sob a alegação de ter se sub-rogado nos direitos à indenização quitados pela mesma. - Valor da demanda é de R\$ 2.840. b) Cível - Processo n. 5004505-73.2017.8.13.0079, em trâmite perante a 4ª Vara Cível da Comarca de Contagem. Ação de Indenização de Quallight Energia Ltda. contra a CEASAMINAS no valor de R\$ 5.248. c) Cível - Processo n. 5030495-32.2018.8.13.0079, em trâmite perante a 2ª Vara Cível da Comarca de Contagem. Tutela Cautelar Antecedente movida por Batuta Produtos Alimentícios Ltda. contra a CEASAMINAS, no valor de R\$ 18.715. d) Cível MGI - Minas Participações S.A. - Trata-se de uma ação de execução que a MGI Participações S/A move contra a CEASAMINAS (processo nº 0632087-22.1998.8.13.0024) referente a um terreno localizado em Uberlândia com áreas de 49.500 m2 de um total global de 200.135 m2. Em 18 de junho de 1993, o mesmo foi dado em garantia, objeto de garantia hipotecária em uma escritura pública de empréstimo, onde a Companhia é avalista limitada ao valor do terreno no financiamento concedido a Cooperativa dos Produtores de Hortifrutigranjeiros Ltda. de Uberlândia/MG. Em 2022, a Companhia perdeu o referido processo e já efetivou a baixa do ativo. 15.3 Contingência remota (não provisionada) com valores relevantes: Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) - Ministério Público/MG: Em 05 de março de 2015, foi assinado um Termo de Acordo com o Ministério Público do Trabalho de Minas Gerais, junto a ACEASA (Associação Comercial da Ceasa), SINTRAMOV (Sindicato dos Trabalhadores na Movimentação de Mercadorias em Geral), Ascarg (Associação dos Carregadores e Chapas Autônomos da Ceasa/Contagem), SINDICAR (Sindicato dos Carregadores do Mercado Livre de Produtores e de Hortifrutigranjeiros do Entreposto da CEASAMINAS em Contagem) e APHCCEMG (Associação dos Produtores de Hortifrutigranjeiros das CEASA do ESTADO de Minas Gerais). De acordo com o TAC a Companhia compromete-se a não permitir a prestação de serviço de trabalhadores informais não cadastrados, sindicalizados ou não, para o trabalho avulso ou de movimentação de mercadorias, seja junto aos seus concessionários ou para si própria, para que haja imediatamente formalização dos contratos de trabalho dos trabalhadores avulsos e "chapas", seja pela vinculação direta aos tomadores estabelecidos em seu entreposto comercial, seja pela intermediação da mão de obra, nos moldes da Lei 12.023/09, pelo sindicato representativo dessa categoria profissional, sob pena de multa diária de R\$ 1 mil por trabalhador exercendo atividade em situação irregular. A fiscalização da atividade irregular de trabalhadores informais não cadastrados no sistema de intermediação sindical, ou sem registro formal do contrato de trabalho, será realizado em conjunto com as entidades envolvidas (ASCAR, SINDICAR, SINTRAMOV, CEASAMINAS, ACEASA e APHCCEMG). Em 24 de julho de 2018, o Ministério Público do Trabalho de Minas Gerais emitiu notificação a respeito da multa atualizada no montante de R\$ 425.048 conforme laudo pericial, devido as irregularidades no entreposto conforme deliberação da última audiência na Procuradoria Regional do Trabalho da 3ª Região. Em 26 de outubro de 2018, através do Despacho no 260129.2018 o Ministério Público do Trabalho de Minas Gerais suspendeu, por ora, a execução da multa. Até a presente data não ocorreram alterações no processo, mantendo suspensa a cobrança de multa. 15.4 Depósitos judiciais: A Companhia possui depósitos em espécie realizados judicialmente para cumprimento das probabilidades de perda em determinados processos judiciais trabalhistas no montante de R\$7.964 em 31 de dezembro de 2021 (R\$6.580 em 2020 e R\$7.160 em 2019).

16. Crédito Estado de Minas Gerais (Áreas Reservadas Lei 12.422/96 - MG): O Decreto Estadual nº 40.963 de 22 de março de 2000, que disciplina o parágrafo único do artigo 28 da Lei nº 12.422, de 27 de dezembro de 1996, autoriza o Poder Executivo de Minas Gerais a reservar áreas destinadas aos Mercados Livres dos Produtores de Minas Gerais. Por deliberação da Assembleia Geral Extraordinária de 29 de novembro de 2013, (I) foi segregado do patrimônio líquido da Companhia o valor referente ao Estado de Minas Gerais, que então, foi transferido para esta rubrica o valor de R\$ 6.305 mil, em contrapartida ao ativo imobilizado registrado naquele período.

17. Patrimônio líquido: 17.1. Capital social: O capital social da Companhia realizado em 31 de dezembro de 2021 e 2020 expressos em reais é de R\$ 26.138 (vinte e seis milhões cento e trinta e oito mil reais) representados por 5.016.339 (cinco milhões, dezesseis mil, trezentos e trinta e nove) ações ordinárias nominativas, criada na forma da Lei Estadual nº. 5.577 de 20 de outubro de 1970 e da escritura pública lavrada no Cartório do 2º Ofício de Notas da Comarca de Belo Horizonte/MG registrada no Livro nº 585-E, folhas 1 a 12v, das quais, 99,57% pertencem à União Federal e o restante aos acionistas minoritários.

Acionista	Número de ações	Participação %	Valor (R\$)
União Federal	4.994.632	99,57	26.025
Prefeitura Municipal de Juiz de Fora/MG	19.152	0,38	100
Rondon Pacheco	2.549	0,05	13
Alysson Paulinelli	1.000	-	-
Abílio Machado	1	-	-
Fernando Antônio R. Reis	1	-	-
Luiz Fernando Cirne Lima	1	-	-
Victor de Andrade Brito	1	-	-
	5.016.339	100	26.138

17.2. Dividendos propostos: Conforme artigo 59 do Estatuto Observadas as disposições legais, o lucro líquido do exercício terá a seguinte destinação: I. Absorção de prejuízos acumulados; II. 5% (cinco por cento) para constituição da reserva legal, que não excederá de 20% (vinte por cento) do capital social; III. No mínimo, 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido ajustado para o pagamento de dividendos, em harmonia com a política de dividendos aprovada pela Companhia. Parágrafo único. O saldo remanescente será destinado para dividendo ou constituição de outras reservas de lucros nos termos da Lei. A retenção de lucros deverá ser acompanhada de justificativa em orçamento de capital previamente aprovado pela Assembleia Geral, nos termos do art. 196 da Lei nº 6.404 de 15 de dezembro de 1976. Conforme mencionado na nota explicativa nº. 5 (c) - As mudanças ocorridas nos saldos dos dividendos a pagar, e no patrimônio líquido da Companhia são reflexos dos efeitos decorrentes da provisão em redução ao valor recuperável do ativo imobilizado, depósitos judiciais e complementos das provisões para contingências. Além disso, em função dos respectivos efeitos houve a reversão das provisões para participação (PLR) de colaboradores e administradores.

18. Receita líquida: Em 31 de dezembro de 2021, 2020 e 2019, a composição da receita líquida da Companhia foi a seguinte:

	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2019
Receitas de serviços			
Tarifa de uso - Boxe (a)	34.330	31.282	30.936
Receitas dos MLP's (f)	12.049	11.549	12.165
Tarifa de administração (c)	2.224	2.355	2.477
Tarifa de transferência (b)	3.639	2.495	1.158
Processos licitatórios (d)	5.265	7.555	7.031
Estacionamento (e)	566	522	549
	58.073	55.758	54.316

(L) Deduções da receita

(-) PIS	(734)	(672)	(653)
(-) COFINS	(3.412)	(3.113)	(3.020)
(-) ISSQN	(58)	(61)	(71)
Serviços cancelados	-	(4)	(585)
	(4.204)	(3.855)	(4.329)
	53.869	51.903	49.987

RECEITA LÍQUIDA

a) Tarifa de Uso - Boxe - A receita relativa à "tarifa de uso - box" registrou o efeito comparativo dos períodos findos em 2021 e 2020 (com reconhecimento pelo regime de competência da receita, principal fonte de recurso da Companhia), e são originários dos Contratos de Concessão de Uso em obediência à Lei n. 8.666/93, substituída pela Lei n. 13.303/16. Em janeiro de 2021 houve uma correção de tarifa na ordem de 6,27% e 5,81% em setembro 2021. b) Tarifa de Transferência - No que tange à "tarifa de transferência" refere-se à receita havida com a transferência, por alteração societária das concessionárias da Companhia (detentoras do direito de uso do espaço concedido), calculadas à razão de 20% do valor avaliado para aludido espaço. c) Tarifa de Administração - A "Tarifa de Administração" é arrecadada pela Companhia para administração do condomínio. d) Processos Licitatórios - A receita com "Processos Licitatórios" decorre do valor cobrado para concessão de uso de espaços determinados nos entrepostos da Companhia. e) Estacionamento - A receita relativa ao "Estacionamento" é constituída pela cobrança para utilização de espaços destinados a estacionamento nos entrepostos da Companhia. f) Receitas dos Mercados Livres do Produtor - MLP's - Refere-se à permissão de áreas delimitadas nos Mercados Livres do Produtor - MLP's dos entrepostos da Companhia para a exposição e comercialização de produtos hortifrutigranjeiros pelos Produtores Rurais. Outrossim, essas "Receitas dos Mercados Livres do Produtor - MLP's" constituem a principal fonte de receita dos Mercados Livres do Produtor - MLP's existentes na Companhia.

19. Despesas gerais e administrativas

	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2019
Gastos com pessoal	(22.748)	(21.501)	(23.493)
Energia elétrica	(503)	(648)	(798)
Locação	(595)	(595)	(708)
Serviços contratados de terceiros	(2.432)	(2.742)	(2.971)
Manutenção e limpeza	(983)	(1.730)	(1.772)
Guarda e vigilância	(2.046)	(2.530)	(2.940)
RDC - Recuperação Despesas Comuns	(2.012)	(1.634)	(1.834)
Amortizações e depreciações	(42)	(116)	(1.536)
Impostos e taxas	(562)	(294)	(648)
Provisão para perdas de crédito esperadas	(566)	(377)	(1.366)
Impairment ativo imobilizado	-	-	(26.050)
Outras despesas gerais e administrativas	(2.612)	(1.192)	(1.489)
	(35.101)	(33.359)	(65.605)

20. Resultado financeiro líquido

	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2019
Receitas financeiras			
Juros e multas ativos	1.941	974	812
Rendimentos de aplicações financeiras	1.285	402	627
Descontos obtidos	78	56	88
Outras receitas financeiras	256	102	105
	3.560	1.534	1.632
(-) Despesas financeiras			
Juros e multas	(67)	(78)	(100)
Despesas bancárias	(50)	(55)	(41)
Descontos concedidos	(285)	(292)	(94)
IOF - Imposto Operação Financeira	(15)	(3)	(14)
	(417)	(428)	(249)
RESULTADO FINANCEIRO	3.143	1.106	1.383

21. Impostos correntes (Imposto de renda e contribuição social)

A conciliação das despesas de imposto de renda e contribuição social (calculadas pela aplicação das alíquotas vigentes) e os valores refletidos nos resultados dos exercícios encerrados, respectivamente, em 31 de dezembro de 2021, 2020 e 2019, estão abaixo demonstrados:

	31/12/2021	31/12/2020	31
--	------------	------------	----



CENTRAIS DE ABASTECIMENTO DE MINAS GERAIS S/A - CEASAMINAS		Página 4/4
CNPJ 17.504.325/0001-04		
<p>Continuação...</p> <p>sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras: A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras: Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente</p> <p>PARECER CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO Os membros do Conselho de Administração das Centrais de Abastecimento de Minas Gerais S/A – CEASAMINAS, Srs Marcio Cândido Alves, Edimilson Alves e Francisco Carlos de Sena Júnior, no uso de suas atribuições legais e estatutárias, em especial do disposto no art. 142, V, da Lei Federal nº 6.404/76 e do art. 30, "Inciso VII" do Estatuto Social da CeasaMinas, após análise da documentação pertinente e em consonância com a ata da 78ª Reunião Ordinária do Comitê de Auditoria Estatutário, atas das 305ª e 306ª Reuniões Ordinárias e 54ª Reunião Extraordinária, todas desse Conselho de Administração. APROVARAM COM RESSALVAS: a) as demonstrações financeiras retificadoras dos exercícios de 2019 a 2021 (Balanço Patrimonial, Demonstrações do Resultado do Exercício, Demonstração dos Resultados Abrangentes, Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido, Demonstração dos Fluxos de Caixa, Demonstração do Valor Adicionado, Notas Explicativas, Relatório do Auditor Independente</p> <p>PARECER CONSELHO FISCAL DA CEASAMINAS Os membros do Conselho Fiscal das Centrais de Abastecimento de Minas Gerais S/A – CEASAMINAS, Sra. Lizane Soares Ferreira e o Sr. Marcio de Andrade Madalena, após análise da documentação pertinente e em consonância com a ata da 78ª Reunião Ordinária do Comitê de Auditoria Estatutário, atas das 305ª e 306ª Reuniões Ordinárias e 54ª Reunião Extraordinária do Conselho de Administração. APROVARAM COM RESSALVAS: a) as demonstrações financeiras retificadoras dos exercícios de 2019 a 2021 (Balanço Patrimonial, Demonstrações do Resultado do Exercício, Demonstração dos Resultados Abrangentes, Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido, Demonstração dos Fluxos de Caixa,</p>	<p>se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: – Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. – Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da companhia. – Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. – Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de</p> <p>e Relatório de Administração 2021); b) a destinação do lucro (prejuízo) dos exercícios sociais representados encerrados em 31 de dezembro de 2019, 2020 e 2021 - 1) 31 de Dezembro de 2019 – R\$ (19.522) (Dezenove milhões e quinhentos e vinte dois mil reais); 2) 31 de Dezembro de 2020 – R\$ 7.002 (Sete milhões e dois mil reais); 3) 31 de Dezembro de 2021 – R\$ (17.396) (Dezesseis milhões, trezentos e noventa e seis mil reais), resultando em um prejuízo acumulado de R\$ (24.339) mil até 31 de dezembro de 2021. Os resultados dos exercícios representados deverão ser absorvidos pelas reservas que compõe o patrimônio líquido da Companhia no respectivo período; c) a reversão dos dividendos propostos no do valor de R\$1.284 mil em aberto no passivo da Companhia em 31 de dezembro de 2021, sendo que esse valor deverá ser absorvido pelo prejuízo acumulado em 31 de dezembro de 2022; d) a programação do Orçamento de Investimento da CeasaMinas de 2022 no montante de R\$ 1.750.000,00. Realizadas as aprovações, os Conselheiros manifestaram pelo</p> <p>Demonstração do Valor Adicionado, Notas Explicativas, Relatório do Auditor Independente e Relatório de Administração 2021); b) a destinação do lucro (prejuízo) dos exercícios sociais representados encerrados em 31 de dezembro de 2019, 2020 e 2021; i) 31 de Dezembro de 2019 – R\$ (19.522) (Dezenove milhões e quinhentos e vinte dois mil reais); ii) 31 de Dezembro de 2020 – R\$ 7.002 (Sete milhões e dois mil reais); iii) 31 de Dezembro de 2021 – R\$ (17.396) (Dezesseis milhões, trezentos e noventa e seis mil reais), resultando em um prejuízo acumulado de R\$ (24.339) mil até 31 de dezembro de 2021. Os resultados dos exercícios representados deverão ser absorvidos pelas reservas que compõe o patrimônio líquido da Companhia no respectivo período; c) a reversão dos dividendos propostos no do</p>	<p>auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a companhia a não mais se manterem em continuidade operacional. – Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Belo Horizonte, 29 de dezembro de 2022.</p> <p>TATICA AUDITORES INDEPENDENTES S.S. CRC 2SP-03.22.67/O-1</p> <p>OCTAVIO ROMEU ROLAND NETO CONTADOR CRC- 1MG080487/O-4</p> <p>encaminhamento para deliberação da Assembleia Geral Ordinária. O Conselheiro Heronilton dos Santos Silva, ratifica a sua manifestação de REPROVAÇÃO posta na ata da 306ª Reunião Ordinária do Conselho de Administração e, quanto à proposta de Reversão dos dividendos propostos, seu voto é pela ABSTENÇÃO.</p> <p>Contagem, 09 de março de 2023.</p> <p>MARCIO CÂNDIDO ALVES - Conselheiro EDIMILSON ALVES - Conselheiro FRANCISCO CARLOS DE SENA JUNIOR - Conselheiro HERONILTON DOS SANTOS SILVA - Conselheiro ROSINÉLIA VELOSO COELHO - Secretária</p> <p>valor de R\$1.284 mil em aberto no passivo da Companhia em 31 de dezembro de 2021, sendo que esse valor deverá ser absorvido pelo prejuízo acumulado em 31 de dezembro de 2022; d) a programação do Orçamento de Investimento da CeasaMinas de 2022 no montante de R\$ 1.750.000,00. Desta forma encaminhamos o parecer para deliberação da Assembleia Geral Ordinária.</p> <p>Contagem, 09 de março de 2023.</p> <p>LIZANE SOARES FERREIRA - Conselheira MÁRCIO DE ANDRADE MADALENA - Conselheiro</p>

PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi proposto para assinatura digital na plataforma IziSign. Para verificar as assinaturas clique no link: <https://www.portaldeassinaturas.com.br/Verificar/2F05-8640-2A0D-AFC1> ou vá até o site <https://www.portaldeassinaturas.com.br:443> e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido.

Código para verificação: 2F05-8640-2A0D-AFC1



Hash do Documento

vZfsSaicvGXivE47teoCAxZiXHYQ+f6DicHKICwRMO8=

O(s) nome(s) indicado(s) para assinatura, bem como seu(s) status em 15/03/2023 é(são) :

Ruy Adriano Borges Muniz (ADMINISTRADOR) - 464.189.546-53

em 15/03/2023 22:38 UTC-03:00

Tipo: Certificado Digital - EDIMINAS S A EDITORA GRAFICA

INDUSTRIAL DE MINAS - 19.207.588/0001-87

